

WOORTMANN, Ellen F. (org.) 2004. *Significados da terra*. Brasília: Editora UnB. 289pp.

*Paulo Roberto Homen
de Góes
NAPER/UFPR*

Significados da terra reúne estudos que abrangem, por meio de variadas abordagens, uma significativa gama de grupos sociais rurais de diferentes regiões do país. Os estudos, tão diversos na metodologia utilizada, possuem em comum a preocupação com a relação estabelecida entre o grupo social pesquisado e a categoria *terra*, que pode ser compreendida como indissociável dos valores *trabalho* e *família*, como entre os colonos de ascendência alemã no Sul do país, ou ser definida em termos de território, a partir de uma unidade estabelecida pela legitimidade alcançada por certos pajés – ou “sacacas” –, como entre as comunidades remanescentes de quilombos da região amazônica.

Com perspectivas diferentes, os dois primeiros capítulos abordam o processo de imigração europeia ocorrido a partir de meados do século XIX para terras localizadas em sua maioria na região Sul do país. O primeiro, de autoria de Ellen Woortmann, parte de um estudo de caso realizado através de um recorte diacrônico das categorias *Land* (terra) e *Gutes Land* (boa terra) entre imigrantes de origem alemã que se instalaram no Vale do Rio dos Sinos (RS). Através da análise de ditados e cartas, entre outros materiais, a autora busca o significado da categoria *terra* para esses colonos, enfocando a construção da identidade de camponês a partir da relação deste com o trabalho agrícola. O valor do trabalho e da terra – categorias quase inseparáveis – é reforçado pelas concepções religiosas destas comunidades, ancoradas numa ética protestante alimentada por um forte espírito comunitário. Esse espírito comunitário submete a terra e o patrimônio familiar a regras de herança e indivisibilidade que tornam imoral sua negociação, especialmente quando feita a pessoas estranhas à colônia, ato esse considerado traição. Neste contexto social, tratar a *Land* como mercadoria é retirar dela um sentido mais amplo concedido pelo

O mesmo processo de colonização, mas agora enfatizando o discurso oficial, é objeto do estudo historiográfico de Giralda Seyferth. Neste artigo, a autora analisa as políticas colonizadoras do Império, as concessões de pequenos lotes aos imigrantes europeus e o papel das agências colonizadoras particulares neste processo. Com o tríplice objetivo de implantar o modelo *farmer* de pequena propriedade capitalista; ocupar o território com uma população considerada mais apta ao progresso e à civilização – afastando assim a presença indígena e cabocla, ao tempo que gerando uma produção voltada ao abastecimento interno; e aumentar o contingente de soldados brancos nas tropas, tendo em vista a ressonância da revolução negra ocorrida no Haiti nos primeiros anos do XIX, as agências colonizadoras designavam pessoas para “recrutar”, entre outros, suíços, alemães e poloneses em suas terras natais, fornecendo-lhes a passagem e lotes no novo país. Como muitas vezes essas populações enfrentavam situações miseráveis, a oferta era tentadora. Os lotes fornecidos pelo Império comumente estavam localizados em áreas de difícil acesso e possuíam terras pouco produtivas, fato que acabou por gerar um tipo de produção camponesa mais próxima da subsistência do que do modelo capitalista desejado, além de tornar o estabelecimento das colônias bastante instável. A gradativa diminuição do tamanho dos lotes oferecidos pelas agências, que já em meados do século XIX dificilmente ultrapassava os 25 hectares, acabou por tornar a migração um processo diretamente decorrente da colonização, pois um lote destas proporções não comporta as gerações vindouras, que saem em busca de novas terras, como demonstra a autora no estudo de caso sobre a ocupação do Vale do Itajaí (SC).

Agências colonizadoras reaparecem no artigo de Márcia Sprandel que, com base etnográfica, analisa os “planos de organização social” dos chamados “brasiguaios”, apontando para uma sobreposição da terra de trabalho – associada ao plano de parentesco – sobre as fronteiras nacionais. A opção desses camponeses oriundos em grande parte dos estados do Sul do país pelo Paraguai aparece como fruto da proximidade espacial, da experiência anterior de familiares e da propaganda das companhias colonizadoras, que financiavam a viagem até a Puente Kyhja, localidade na divisa com o Brasil. A situação da terra não era muitas vezes a prometida, mas os camponeses permaneceram na situação de arrendatários até 1985, quando onze grupos se organizaram para retornar coletivamente ao Brasil, reivindicando terras via reforma agrária através de um discurso que reforçava a unidade dos “brasiguaios”. Tais grupos se assentaram nos arredores de Mundo Novo (MS) e, para tanto, ativaram o “coletivo” que até então permanecia em “estado de latência” nas representações camponesas, pois essas comumente valorizam as trajetórias individuais das famílias, negando o “coletivo” e a condição de “expulsos”.

O procedimento de regularização das terras indígenas é explicitado por Roque de Barros Laraia que, tendo por base sua experiência na Funai e dados de levantamentos recentes, perpassa um pouco do histórico da relação do Império e da República com as populações e territórios indígenas até o tardio reconhecimento dessas terras ocorrido em 1910 com a criação da Sociedade Protetora do Índio. Como enfatiza o autor, a importância dos

territórios tradicionais é tal que, sem esses, a sobrevivência das sociedades indígenas fica em muito ameaçada, senão impossibilitada.

Os conflitos entre práticas culturais de comunidades remanescentes de quilombos e as leis ambientais executadas por agentes do Ibama, que tiveram início com a criação de unidades de conservação onde tradicionalmente habitavam essas populações, ancoram a discussão de Eliane O'Dwyer. A autora problematiza a questão da construção da identidade negra e de seu “isolamento consciente” diante do poder hegemônico. A história, a territorialidade, as práticas culturais e a identidade dessas populações adquirem unidade, demarcando as fronteiras do grupo, tendo por base referências cosmológicas asseguradas pela legitimidade dos “sacacás” – líderes religiosos que são reconhecidos por seus poderes visionários e de cura. Porém nada disto é realizado de maneira isolada do poder hegemônico. Neste ponto a autora tece uma crítica à concepção comum da cultura como dimensão autocontida, buscando demonstrar que o isolamento e a construção da identidade cultural revelam estratégias de resistência num contexto onde as práticas culturais tradicionais passaram a ser consideradas transgressão.

A reforma agrária é abordada nos dois artigos que finalizam o livro. Em “Terras e reforma agrária”, José Roberto Pereira explicita as matrizes teóricas das “concepções socioculturais da terra” que permeiam os conflitos e diálogos dos processos de reforma agrária, definindo-as como: *holística* ou *tradicional*, que seria aquela relação de reciprocidade que o camponês estabelece com a terra; *individualista* ou *moderna*, representada pela relação mercantil; e *socialista*, onde a terra possui apenas valor de uso, mas que é direcionado à coletividade. O autor parte destas matrizes para analisar o caso do assentamento Santa Maria, localizado no município de Paranacity (PR). Nesse assentamento, ao se buscar uma relação *socialista* com a terra, aboliu-se o direito de herança, criando uma situação em que os filhos dos assentados não possuem garantias de permanecer na terra. Tal situação acabou por gerar um conflito entre o “valor-igualdade” acionado pela ideologia socialista e o “valor-hierarquia” tão arraigado nos assentados que, por sua origem camponesa, tradicionalmente concebem a terra como patrimônio familiar.

Esse choque de valores reaparece no artigo de Maria Inez Marques, porém os conflitos e diálogos aqui se estabelecem entre os valores camponeses dos assentados e os valores da modernidade praticados pelo Incra. Tal relação entre os agentes do Estado e os camponeses permeia todo o processo de luta pela terra. Analisando o Programa de Reforma Agrária do Incra a autora identifica as políticas adotadas no decorrer de todo o processo de assentamento – que abrange as fases de implantação, consolidação e emancipação – como uma busca de inserção dos sem-terra na economia capitalista através da pequena propriedade familiar, por meio de uma proposta de tecnificação e mecanização que visa o máximo de produtividade. Desta forma a gestão do Incra trata os assentados como potenciais empreendedores quando, na realidade, entre eles predominam as concepções camponesas na relação com a terra, segundo as quais essa é compreendida como um patrimônio familiar e “morada da vida” e não

como simples meio de produção Tais concepções são ilustradas na pouca disposição dos assentados em aumentar ou modificar as bases técnicas da produção e nos depoimentos que comumente enfatizam a necessidade de renda como meio de manter a próxima geração na terra. Mas, principalmente, pelo fato de a inserção social por eles alcançada passar antes pela fixação e enraizamento na terra e pela integração do chefe de família à sociedade local, em contraposição à inserção nas relações de mercado, como pressupõem as políticas adotadas pelo Incra.

É diante da percepção deste descompasso existente entre as representações contidas nas políticas adotadas pelas diversas instituições governamentais e aquelas dos grupos sociais aos quais essas políticas são destinadas que a obra adquire ainda maior valor, no sentido de constituir um esforço de relativizar a relação com a terra, costumeiramente compreendida exclusivamente em termos mercantis, não apenas pela grande produção, mas também pelos próprios agentes do Estado brasileiro.